

## PREFÁCIO por António Pedro Vicente

Ocorre-nos, a propósito deste excelente estudo que serviu de base para a defesa de uma tese de mestrado sobre o Ensino e a Educação no Alentejo entre 1850 e 1910, à qual o júri atribuiu a mais elevada classificação, recordar o que alguns pensavam sobre alfabetização e ensino menos de um século antes. Não deixam as ideias então exaradas de alimentar uma polémica que permanece ainda viva e actualizada na época e no âmbito das fronteiras territoriais a que o autor se reporta. Assim, é significativo o que um francês de Toulon, que aí ocupava um alto cargo administrativo, escrevia em memória enviada em 1764 ao governador geral da província: “ sem tocar na velha questão da corrupção dos costumes pelas ciências, há sempre verdade em dizer que os conhecimentos são nocivos ao povo; não sendo nunca bastante perfeitos para os esclarecer, servem só para os desanimar e perturbar ... Numa nação livre em que não é permitido ter escravos, as riquezas mais certas consistem em poder dispor de uma multidão de pobres laboriosos; é uma fonte inexaurível para as armadas e os exércitos. Para tornar feliz a sociedade é necessário que grande número dos seus membros sejam ignorantes e pobres” (cit. Charles Robert. *De L’Ignorance*, Paris, 1867). Na mesma época, em 1763, Diderot havia demonstrado não compartilhar estas ideias. Pelo contrário, o enciclopedista proclamava a necessidade de escolas para todas as crianças em que se ensinassem a leitura, a escrita, a aritmética, a religião, e depois do catecismo religioso, um catecismo moral e um catecismo político; ensino obrigatório e gratuito. Diderot afirmava, ainda, a necessidade de remunerar os que frequentassem as escolas !.

São curiosas as posições assumidas pelos três mais consagrados nomes que em Portugal e no século XVIII se ocuparam com os problemas da educação. O autor dos *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, (Lisboa, 1734), Martinho de Mendonça, segue os princípios de Locke, descarta a educação popular e tão só se preocupa com a educação das classes privilegiadas. Luis António Verney no seu *Verdadeiro Método de Estudar ...*(Valença, 1747) defende a generalização da instrução popular em Portugal situando-se como um pioneiro nesta matéria. Já Ribeiro Sanches, curiosamente o único colaborador português da Enciclopédia de Diderot e Dalember, assume-se como tenaz opositor à generalização do ensino entre as classes populares (*Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Colónia, 1760). Contudo, a posição defendida por este espírito superior e de rara lucidez, deve compreender-se não no contexto clássico em que o próprio Voltaire alinhou ” ... Mande-me principalmente irmãos ignorantinos para guiar as charruas e para as jungir (...) Haverá sempre e é indispensável à felicidade dos Estados que haja sempre miseráveis ignorantes” (cit. Gabriel Compayré. *Histoire critique des doctrines de l’éducation em France*, Paris, 1879) mas como reacção contra o constante abuso dos indivíduos na procura de ascensão de classe social. Efectivamente Ribeiro Sanches propugnando uma nova educação, atacando a escravidão e a intolerância religiosa não deixa de actuar contra a vulgarização do ensino elementar, por aí ver a causa das perturbações da ordem social: “(...) Todo o comum do Reino está continuamente trabalhando e forcejando para sair do estado em que nasco (...) para isto servem as leis que temos e para isto somente é que gasta o Reino tanto na educação das escolas e das Universidades (ob. cit.). Verney critica a profunda ignorância do povo e do “sexo feminino”. Ribeiro Sanches criticando por um lado o excesso de instrução do povo por outro defende a necessidade de instrução desenvolvida para os que “não vivem do trabalho de suas mãos”.

As providências administrativas a partir do Marquês de Pombal iriam, paulatinamente, através de alvarás e disposições diversas, impôr condições à instrução popular: instrução primária oficial subsidiada pelos rendimentos públicos ou de origem privada. Passos ténues eram, assim, dados para uma alfabetização independentemente da condição social, não evitando, embora, que as doutrinas subjacentes a essa evolução sempre se pautassem nos caminhos cutelosos da incerteza sobre os benefícios ou malefícios que a instrução poderá causar aos povos. No fim a conflitualidade social e as “políticas” de educação caminharão e caminharão de mãos dadas.

*Entre a Escola e a Lavoura*, é o título acertado que o autor encontrou para um trabalho que, em boa medida, podemos considerar pioneiro. Efectivamente se a bibliografia portuguesa, atinente à instrução e alfabetização é escassa, mais ainda é a que respeita às particularidades regionais neste sector. Nos finais do século passado, inícios do século XX, alguns, muito poucos estudos, viram a luz do dia. Referimos os de D. António da Costa, Agostinho de Campos, Adolfo Lima e poucos mais. Recentemente algumas investigações têm sido dadas à estampa. Os seus autores são conhecidos e aí avultam os nomes de Rómulo de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Joel Serrão, Rui Grácio, António Nóvoa, Rogério Fernandes, Cândida Proença, Reis Torgal, Filomena Mónica e, ainda, um pequeno número de investigadores que no presente têm contribuído para o esclarecimento da História da Educação em Portugal. Aliás Fernando Gameiro, figurando entre os mais jovens investigadores neste sector, já não é um principiante. Assim a ele se devem estudos sobre esta temática, elaborados com a máxima seriedade,

publicados a partir de 1993. Esperemos, pois, que o seu labor e dedicação venham a contribuir para o preenchimento de um aspecto tão lacunar no âmbito da historiografia nacional.

Fernando Gameiro teve em consideração as particularidades regionais da História da Alfabetização em Portugal as quais permanecem por estudar na maioria dos casos. Considerou o autor, e bem, que o caminho mais sólido para ultrapassar esse desconhecimento terá de contar com o estudo do processo de alfabetização a esse nível. Efectivamente os fundos existentes nos arquivos municipais ou distritais podem constituir fontes valiosas para a compreensão e explicação dos mecanismos subjacentes à evolução da Instrução Pública em Portugal no século XIX.

São extremamente diminutas as fontes para o conhecimento da história do ensino em Portugal até ao período pombalino. Aliás, o ensino elementar e primário só poderia expandir-se a partir do momento em que se generalizasse o emprego da língua nacional. Sucede que tal só se veio a dar a partir dos finais do século XVIII e, nomeadamente, quando na Universidade de Coimbra alguns dos livros indicados aos estudantes deixam de ser maioritariamente impressos em latim. Durante séculos “passava-se ao estudo do latim sem ler previamente na língua nacional” (A.Coelho *Para a História da Instrução Popular*, Lisboa, 1973). As modificações introduzidas no ensino nesse tempo contaram com a ajuda das reformas dos estudos menores coincidindo com a da Universidade nos anos setenta do século XVIII. Entre 1790 e 1820 fundaram-se escolas de ensino elementar inclusive para o sexo feminino. As escolas regimentais, então criadas, para os soldados e seus filhos, abertas aos particulares, prodigalizaram, igualmente, um contributo saliente para essa mudança. Em 1820, após a Revolução Liberal, surge um novo surto favorável ao desenvolvimento do ensino elementar. As reformas de Rodrigo da Fonseca Magalhães, descentralizando a administração das escolas, propugnando a liberdade para o ensino, criando Escolas Normais e melhorando a situação económica dos docentes, teria produzido melhorias se, devido às convulsões políticas e sociais da época, não ficasse no papel. Também muito levemente posta em execução pelos mesmos motivos foi a reforma da instrução pública de Passos Manuel, em 1836. Só com Costa Cabral e a reforma de 1844, criando novas escolas e dotando as Escolas Normais de Lisboa e Porto, que só então iniciaram a sua actividade, se assistiu à efectiva execução de medidas conducentes à melhoria tão necessária. Aliás, até 1880, manteve-se em vigor com ligeiras modificações, a organização cabralista. A descentralização do ensino surge, por esse tempo, através da acção das Câmaras Municipais que passaram a encarregar-se deste sector. Um desenvolvimento notório fez-se sentir não só no aumento do número de escolas, na respectiva inspecção, acréscimo de dotação, melhoramentos ou criação de novos edifícios. O Ministério da Instrução Pública que tem uma vida episódica e breve, entre 1890 e 1892, passa a centralizar todo o ensino primário. A preparação profissional do pessoal docente tinha sido estabelecida, entretanto, em Escolas Normais. A de Évora, laborando entre 1884 e 1892, foi a primeira que abriu as suas portas na província depois da reforma de 1878, pois até então só funcionavam as de Lisboa e Porto. A reforma do ensino primário de 1894 em vigor através do decreto regulamentar de 18 de junho de 1896, centralizou no Ministério do Reino a administração do ensino. O estudo de Fernando Gameiro abrangendo os limites cronológicos de 1850 a 1910 oferece-nos uma visão esclarecedora para a avaliação do resultado destas reformas identificando as características e interpretando os comportamentos subjacentes à instrução primária no Alentejo oitocentista num enquadramento histórico que tais reformas aí aportaram.

O Alentejo era em 1850, e é ainda hoje, a região do país que apresenta o maior índice de analfabetismo. O autor, consciente deste facto, começa por estudar a organização da rede escolar de ensino primário nesse tempo na perspectiva da sua adequação às características da região. Serve-se de um vasto conjunto de fontes inéditas para salientar as condições em que se processou essa tentativa de alfabetização encontrando, nas condições sociais, económicas e geográficas que caracterizam uma das mais carentes regiões do país, as razões que aí determinaram o insucesso do processo de alfabetização. Na primeira parte da sua monografia Fernando Gameiro faz ressaltar a influência que o trabalho na lavoura exerce sobre os jovens em idade escolar. Não esquece, igualmente, o papel desempenhado pela Junta Geral do Distrito de Évora na criação da Escola Normal de Segunda Classe, a dinâmica criada pela Escola de Habilitação para o Magistério integrada na Escola Distrital de Évora, e o respectivo impacto destas instituições, a nível regional, na formação e fixação local de professores.

Na segunda parte do seu estudo o autor, com base na observação dos recenseamentos eleitorais, distribui os letrados por actividade profissional sublinhando a coincidência entre a alfabetização e a sua presença no aparelho político municipal. As elites alentejanas são também estudadas permitindo-lhe concluir sobre a importância da formação escolar, geralmente associada ao poder económico, influenciando a permanência no exercício de funções dos notáveis da terra no aparelho municipal. Tal permanência era tanto maior quanto mais periféricas e iletradas eram as localidades, perspectivando uma realidade complexa e matizada do ponto de vista do poder local no Alentejo do século XIX. Verifica-se aí

a formação de uma elite coesa em que as vertentes da literacia, a posse da terra e a presença continuada no aparelho político local se completam e ampliam a sua projecção.

A última parte do trabalho apresentado por Fernando Gameiro caracteriza o funcionamento da Biblioteca Pública de Évora, as opções de aquisição bibliográfica, os estímulos à leitura e as respectivas características, constituindo, a sua análise, uma abordagem inovadora do acto de ler em Portugal na segunda metade do século XIX. Nesta última parte do seu estudo o autor, associando individualmente os livros aos leitores, destaca a análise socioprofissional, os hábitos, tipos e géneros de leituras.

Concluindo a sua interessante, valiosa e original investigação o autor salienta, em síntese, o pioneirismo do Alentejo na formação de professores, o contexto em que decorreu o esforço de alfabetização e equaciona a importância da mestria na leitura e na escrita, como factor de acesso ao poder político e ao desempenho de cargos na administração local.

António Pedro Vicente